



**CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
MOÇAMBIQUE**

Comunicado de Imprensa

Governo desorientado quanto ao combate à corrupção

O Presidente da República, Armando Guebuza, no seu discurso por ocasião do Dia Nacional (25 de Junho), fez uma incursão num problema que tem estado em cima da mesa em Moçambique: a corrupção. Falando a jornalistas na Praça dos Heróis, o discurso de Armando Guebuza resumiu-se essencialmente em transmitir as seguintes ideias, de acordo com o Jornal Notícias (27 de Junho de 2006, p.1):

- (i) O combate à corrupção não é feito através de perseguições a pessoas ou a instituições, mas sim é um ataque aos problemas estruturais que existem no país, como é o caso do combate à pobreza; por outro lado, não é atacar A ou B;
- (ii) Guebuza liga a corrupção ao problema da pobreza; “É um problema que tem a ver com a pobreza”;
- (iii) O combate à corrupção não está a falhar (...); “As pessoas é que não se apercebem do que está a acontecer”. Segundo ele, para o Governo a corrupção é um problema estrutural e, por isso, está a atacá-lo desse ponto de vista (...);
- (iv) Combater a corrupção é preciso também atacar um outro ponto de fundo, que se relaciona com a atitude que as pessoas têm com o problema;

O Centro de Integridade Pública (CIP) considera que as declarações do PR foram de extrema importância para se compreender qual é o cometimento do seu Governo nesta matéria, passados mais de 15 meses da sua tomada de posse. Recorde-se que o PR escolheu para o seu consulado o combate à corrupção como um dos objectivos de fundo.

Para o CIP, das declarações do PR podem-se extrair algumas ideias:

- O Governo considera que a corrupção combate-se com o fim da pobreza;
- A opinião pública está completamente ignorante das actividades que o Governo está a realizar nesta área;
- A responsabilização e o fim da impunidade não são momentos estratégicos do combate a corrupção;

Av. Vladimir Lenine n.º 1447 – 2º Esquerdo
Tel: +258 21 327661 - Fax: +258 21 327661- Mobile: + 258 82 3016391
Caixa Postal (PO Box): 3266
E-mail: cipmoz@tv cabo.co.mz / cipmoz@gmail.com
Maputo – Moçambique

Quanto à questão da “atitude das pessoas”, não ficou claro se o PR se referia à atitude da sociedade relativamente à condenação moral da corrupção ou à facilidade com que algumas franjas da sociedade se envolvem na corrupção.

O Centro de Integridade Pública, como organização da sociedade civil, toma a liberdade de comentar as declarações do PR, nos seguintes termos:

Sobre corrupção e pobreza: O PR diz que o combate a corrupção é feito através do combate à pobreza. Para o CIP, esta formulação não é correcta. O combate a pobreza não pode combater, explicitamente, a corrupção, pois a corrupção é justamente uma das causas da perpetuação da pobreza.

Quando largas somas de dinheiro são desviados dos cofres do Estado; quando processos de *procurement* são manipulados, resultando em escolas e hospitais mal construídos; quando instituições bancárias são delapidadas em situações em que o Estado depois assume determinadas dívidas privadas, com encargos volumosos para o bolso dos contribuintes; quando esquemas de *rent seeking* permanecem impunes no Estado; quando empresas comerciais continuam a importar sem pagar impostos, afectando as receitas do Estado; quando na Justiça as sentenças são comercializadas e na Educação persistem formas de extorsão sexual e outras práticas perniciosas; quando na Saúde já se compra anti-retrovirais no Xiquelene; quando no sector público o sistema de recrutamento de pessoal não é transparente nem competitivo, etc; quando tudo isto acontece e persiste em Moçambique é a pobreza que se perpetua. A corrupção é, por isso, um factor de desigualdades sociais.

A ideia de que o combate a pobreza elimina a corrupção é uma ideia falsa. Muitos países ricos, altamente industrializados, com altos rendimentos *per capita*, possuem práticas de corrupção bem enraizadas, controladas ou não pelo Estado. Um desses exemplos é a Itália, onde nos últimos anos, só na Procuradoria de Milão foram investigados e acusados mais de 5000 casos de corrupção envolvendo altas figuradas do Estado, incluindo juízes.

A diferença é, pois, que nesses países, o Estado e a sociedade reprimem veementemente essas práticas e a classe política, em muitos casos, contribui positivamente para a criação de um ambiente de transparência e negócios limpos, ao apoiarem a acções e a isenção da Justiça, mas sobretudo ao incentivarem-na para que ela actue sem interferência.

Sobre perseguições a A e B: O PR diz que o combate a corrupção não pode ser feito através perseguições a A e B. Esta afirmação parece ser uma resposta à cada vez crescente expectativa na opinião pública de se ver alguns exemplos de condenação judicial por crimes de corrupção, incluindo a condenação de casos de grande corrupção. Trata-se da questão da responsabilização. Ou, se quisermos, da remoção da impunidade. Cremos que a opinião pública e as recomendações que têm sido feitas em estudos sobre o fenómeno não estão a exigir que se abra um processo de “caça às bruxas” em Moçambique; estão a exigir que haja alguns exemplos de condenação judicial, de responsabilização penal. E o trabalho da Justiça não pode ser confundido com uma “caça às bruxas”; a Justiça deve investigar sem interferência política e, se isso acontecer, não estaremos perante uma “caça às bruxas”.

Trata-se de um primeiro passo para a criação de um ambiente de confiança dos cidadãos no Estado e na sua Justiça; tratar-se-ia também de dar provas concretas de que, a partir do momento em que o novo Governo tomou posse, práticas de corrupção deixaram de ficar impunes, o que seria aliás um sinal de dissuasão e capa dura da

pretensa vontade política que se tem tentado fazer crer que existe. Não há, pois, combate a corrupção que não tenha como primeiro passo a responsabilização penal. O discurso do PR foi um discurso infeliz neste aspecto. Ao invés de condenar às pretensas “perseguições” (ninguém sabe se existem perseguições) e ao mesmo tempo incentivar que a Justiça investigue e actue dentro da Lei, o PR deixou no ar declarações que só confundirão as magistraturas.

Sobre a ignorância da opinião pública: Está é uma outra ideia infeliz do PR. Ela só pode ser resultado do falhanço do Governo na sua estratégia de comunicação com a opinião pública e de reacção às sensibilidades. Em primeiro lugar, não compete a opinião pública se aperceber das actividades que o Governo está a realizar em matéria da **luta contra a pobreza que vai acabar com a corrupção**. Compete ao Governo mostrar o que está a fazer, o que pensa, que estratégias têm, porque toma esta ou aquela opção, etc. Se o público ignora é porque o Governo não faz nenhum esforço para comunicar. Em Abril de 2006, o Governo aprovou a sua Estratégia Anti-Corrupção mas nada foi ainda feito para divulgá-la; o próprio desenho da Estratégia foi um processo pouco participativo e, por isso, o diagnóstico e as medidas de cura estão cheias de lacunas (*o CIP acaba de concluir uma análise à Estratégia Anti-Corrupção, que pode ser solicitada pelos interessados no seguinte email: cipmoz@tvcabo.co.mz*).

Em segundo lugar, o PR não pode dizer que o combate a corrupção está a surtir os efeitos desejados sem nomear esses efeitos. Que indicadores mostram esses efeitos desejados? Que efeitos desejados são esses? Se o desempenho do Gabinete Central e Combate a Corrupção, em que apenas se investigam roubos de DVDs e cabritos, é um desses efeitos desejados...

Em suma, o Governo não está saber comunicar com a opinião pública, avultando apenas uma retórica de cosmética sem sumo que se beba.

Sobre a atitude das pessoas: Não ficou claro a que atitude o PR se referia e a que pessoas mencionava. No combate à corrupção tem-se em conta a aliança entre as várias “pessoas”: as pessoas-classe política; as pessoas-sociedade civil; as pessoas-comunidade empresarial etc; as pessoas-deputados da AR; as pessoas-magistraturas; as pessoas-jornalistas investigativos; as pessoas-académicos; em suma, um conjunto de pessoas e instituições que constituem pilares de integridade. Cada uma destas pessoas tem um papel fulcral: os políticos tomando decisões e acariciando as restantes pessoas, os deputados legislando e fiscalizando o executivo, os académicos buscando explicações, os jornalistas expondo o fenómeno, a sociedade denunciando e condenando, etc.

Falar da atitude das “pessoas” implica falar do papel de cada uma delas. Se da sociedade no geral se espera que ela condene moralmente a corrupção e denuncie quando é vítima, da classe política se esperam estímulos para que a sociedade se sinta protegida quando condena e denuncia. O discurso do PR ainda não proporcionou estas condições. A condenação moral requer uma protecção do Estado. As pessoas têm de saber que não estão a agir no sentido contrário ao da classe política que controla o Estado, sobretudo no caso específico de Moçambique, em que muitas pessoas dependem do Estado, que é controlado por um partido político.

Para que serve a Estratégia Anti-Corrupção? Num espaço de duas semanas, membros do Governo foram chamados a comentar sobre a questão da corrupção por causa da publicação de um relatório encomendado pela USAID. No geral, as reacções

foram tímidas, defensivas, despachantes. O aspecto mais relevante que o CIP observou foi um quase silêncio do Governo em relação à Estratégia Anti-Corrupção (EAC) aprovada pelo Conselho de Ministros em Abril deste ano. O PR também não fez uma referência ao documento. Mas mais do que esse silêncio, o PR emitiu uma opinião contrária àquela que a EAC defende.

Quando a EAC defende que a corrupção tem “efeitos devastadores nos níveis social, político e económico, prejudicando consideravelmente os esforços do país no combate a pobreza”, o PR defende que a corrupção tem a ver com a pobreza; quando a EAC fala do “papel não determinante da pobreza na promoção e desenvolvimento da corrupção”, o PR defende que a corrupção tem a ver com a pobreza; quando a EAC estabelece como dois dos seus momentos estratégicos a “tolerância zero” e o “sancionamento”, o PR fala de se evitar a “caça às bruxas”, mas não acaricia a investigação judicial idónea; quando a EAC diz que é preciso “combinar o discurso enérgico de combate à corrupção com acções de impacto imediato”, o PR envereda pelo discurso defensivo, relaxante. Afinal, para que serve a Estratégia Anti-corrupção? (pese embora as suas fragilidades).

Na opinião do Centro de Integridade Pública, as mais recentes intervenções de membros do Governo sobre a matéria mostram uma clara desorientação do executivo e sugerem que as declarações de intenções de combate à corrupção são meras declarações sem conteúdo concreto. E a vontade política, um dos elementos fundadores de qualquer luta contra a corrupção, não existe. O Governo aprovou uma Estratégia Anti-Corrupção que está a ser completamente ignorada pelos próprios membros do executivo.

O combate corrupção faz-se com acções concretas, com a reforma da *performance* das instituições, com o reforço das capacidades e poderes de investigação por parte do judiciário, com a remoção da interferência política, com a melhoria de salários na função pública, com a educação cívica, com a repressão penal, com a condenação moral, com a transparência a todos os níveis, com o fim da confusão entre partido e Estado (a qual dificulta a responsabilização), etc.

A sociedade civil moçambicana continua, pois, à espera de ver acções mais concretas neste sentido. Até isso não acontecer, dominará na opinião pública a percepção de que o discurso anti-corrupção do Governo e a sua EAC são apenas instrumentos para agradar os doadores.

Marcelo Mosse

Centro de Integridade Pública

29 de Junho de 2006